



Câmara dos Deputados

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N° DE 2014

(Do Sr. Nilson Leitão)

Requer informações ao Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário Exmo. Sr. Miguel Soldatelli Rosseto, informação acerca do processo de arrecadação sumária da Gleba Macaco, situada no município de União do Sul/MT.

Senhor Presidente,

Requeiro, com base no artigo 50, § 2º da Constituição Federal, e na forma dos artigos 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas as informações abaixo elencadas ao Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário Exmo. Sr. Miguel Soldatelli Rosseto, acerca do processo de arrecadação sumária da Gleba Macaco, situada no município de União do Sul/MT.

- a) Cópia integral dos Processos de Arrecadação Sumária de todas as Glebas do Projeto Fundiário Cuiabá.
- b) Cópia integral do Processo Licitatório do Projeto Fundiário Cuiabá.
- c) Cópia integral de todos os processos de Titulação da Gleba Macaco separados.
- d) Cópia integral de todos os processos de Titulação do projeto fundiário Cuiabá.
- e) Mapa da Gleba Macaco com as respectivas áreas tituladas e demarcadas no mapa.

JUSTIFICAÇÃO

Sabidamente, os imóveis hoje pertencentes a particulares que fizeram parte do processo de arrecadação sumária do Projeto Fundiário Cuiabá, estão sendo alvo de invasão.



Câmara dos Deputados

O quadro dos agricultores da região é de abandono por parte do Governo e das autoridades locais, o que vem ocasionando o não cumprimento Constitucional ao Direito de Propriedade e preservação do meio ambiente. Tal incidente desestimula os empreendimentos rurais no estado, que hoje fazem parte expressiva da balança de comércio internacional.

Considerando o expressivo valor arrecadado pela União quando da venda dos imóveis aos particulares no processo licitatório a época, e os investimentos aplicados pelos produtores no estado, é necessário uma investigação profunda do processo de arrecadação das Glebas e do procedimento licitatório a fim de resguardar os direitos de terceiros trazendo segurança jurídica para realização de novos investimentos no agronegócio.

Ressalta-se que o prejuízo é de todos, tanto para os proprietários que dispensaram recursos homéricos para aquisição dos imóveis, investimentos no campo e tecnologia, como para o Governo Federal que deixa de lucrar com novos investimentos no setor devido a insegurança jurídica na região que afasta novos investimentos no agronegócio.

Assim, as informações que solicitamos são de fundamental importância para o desempenho de nossas atribuições constitucionais, no acompanhamento das ações do Poder Executivo.

Sala das Sessões, de 2014

Deputado Nilson Leitão
PSDB/MT